



Escola de Administração Fazendária



SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL - STN

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Concurso Público 2008

Prova 2

Área:

CONTÁBIL-FINANCEIRA

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva* , para posterior exame grafológico:
“Obstáculos são aquilo que vemos quando afastamos nossos olhos do objetivo”.
(Henry Ford)
4. DURAÇÃO DAS PROVAS: **5 horas**, incluído o tempo para a elaboração da Prova Discursiva e para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova objetiva há **30 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciadas as provas.
9. Durante as provas, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término das provas, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início das provas. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
12. Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVAS, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

- 1 - Assinale a opção falsa a respeito da contabilização das receitas públicas, no âmbito federal.
- Em geral, as receitas de capital não alteram a situação patrimonial do ente público.
 - As receitas previstas são registradas em contas do passivo, enquanto o controle da execução (da arrecadação) se faz no ativo.
 - Nas contas de resultado, as receitas são classificadas levando-se em conta a classificação definida na Portaria Interministerial n. 163/2001.
 - Em obediência à Lei n. 4.320/64, o efeito patrimonial de todas as receitas é reconhecido e contabilizado pelo regime de caixa.
 - Pode ocorrer inversão de saldo nas contas que registram a previsão das receitas em virtude da insuficiência nessa previsão.
- 2 - A respeito das variações patrimoniais, na contabilidade aplicada ao setor público, é correto afirmar, exceto:
- as mutações, tanto ativas quanto passivas, são variações patrimoniais que decorrem de fatos contábeis permutativos.
 - os acréscimos patrimoniais, também conhecidos como superveniências ativas, decorrem de fatos extraorçamentários.
 - a aquisição de bens móveis, para uso próprio, provoca mutações passivas no patrimônio da entidade pública.
 - as baixas de bens patrimoniais, doados a terceiros não integrantes da administração pública federal, constituem-se em insubsistência ativa.
 - as despesas com aquisição de material de consumo, para estoque no almoxarifado, provocam mutação ativa.
- 3 - Assinale a opção correta, em relação ao Plano de Contas da Administração Federal.
- A utilização do Plano de Contas Federal é obrigatória, em toda a esfera federal, inclusive para empresas estatais não dependentes.
 - As contas destinadas ao controle da execução orçamentária da receita pertencem à classe 2 (dois).
 - O Plano de Contas está estruturado em sistemas, em número de 5 (cinco), o que favorece a elaboração das demonstrações contábeis.
 - As contas destinadas ao controle da execução dos convênios e contrato de repasse integram o Ativo Compensado.
 - A utilização de detalhamento denominado Conta-Corrente é obrigatória em todas as contas que recebem lançamento.
- 4 - Assinale a opção correta em relação ao instrumento Tabela de Eventos que integra o Plano de Contas da Administração Federal.
- Os eventos são códigos que possuem associados a eles um roteiro de contabilização que, associados a outros dados do documento, permitem que o sistema faça os lançamentos contábeis.
 - Os eventos estão distribuídos em classes e a combinação de códigos de classes diferentes, no mesmo documento, não é permitida.
 - O registro de algumas operações, tais como concessão de avais e celebração de convênios, dispensa a utilização de eventos.
 - Os lançamentos contábeis registrados mediante o uso de eventos somente surtem efeitos após confirmados pelo gestor.
 - A retenção de tributos, quando obrigatória, somente pode ser realizada em documento de pagamento em razão da necessidade de combinação dos eventos de pagamento com os de retenção.
- 5 - Assinale a opção falsa, a respeito do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi.
- O acesso ao sistema é realizado mediante cadastramento e habilitação prévios.
 - Os principais mecanismos de segurança constituem-se de autenticação do usuário mediante código de identificação e senha, não alteração de documentos lançados no sistema e Conformidade de Gestão e Conformidade Contábil.
 - São documentos utilizados pelo sistema: Ordem Bancária, Guia da Previdência Social, Nota de Empenho, Nota de Sistema, Nota de Lançamento e Nota de Programação Financeira.
 - Um de seus objetivos é permitir o controle da dívida interna e externa, bem como o das transferências negociadas.
 - As entidades públicas estaduais e municipais que recebem transferências voluntárias são obrigadas a utilizá-lo na aplicação dos recursos recebidos.
- 6 - A respeito do uso e funcionamento do Subsistema de Contas a Pagar e Receber – CPR constante do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, é correto afirmar, exceto:
- a utilização do subsistema CPR por parte das Unidades Gestoras é opcional.
 - documento Hábil é aquele que gera compromisso de pagamento ou recebimento.
 - a Nota de Empenho é documento hábil no subsistema CPR.
 - o CPR aperfeiçoa o processo de programação financeira e proporciona informações a respeito do fluxo de caixa.
 - fluxo de Caixa é um dos módulos do CPR e destina-se a fornecer demonstrativo dos compromissos da entidade.

- 7 - Assinale a opção correta em relação às demonstrações contábeis do Setor Público Federal.
- O Balanço Orçamentário é a confrontação da receita e despesa prevista com a realizada sob a perspectiva financeira.
 - O Balanço Financeiro demonstra, a partir de uma perspectiva orçamentária e patrimonial, o ingresso e saída de recursos na entidade.
 - A Demonstração das Variações Patrimoniais é o confronto das variações ativas com as variações passivas para a apuração do resultado da entidade.
 - No Balanço Patrimonial das entidades públicas federais, não se evidencia o montante dos bens de uso permanente em razão da falta de registro desses ativos pela contabilidade pública.
 - O montante dos restos a pagar inscritos no exercício figura no ativo financeiro do Balanço Patrimonial.
- 8 - Assinale a opção falsa a respeito da contabilização das operações típicas que são objeto da contabilidade na administração federal.
- A receita tributária é registrada pela contabilidade quando ocorre o recolhimento aos cofres públicos, caracterizando o regime de caixa.
 - O reconhecimento da despesa pela contabilidade ocorre na liquidação, o que caracteriza o regime de competência.
 - O controle da execução orçamentária da receita é realizado no grupo Ativo Compensado.
 - A incorporação de bens recebidos por doação é registrada por meio de lançamentos no ativo e em contas de resultado extraorçamentário.
 - Os contratos em que a Administração Pública é a contratante não são objeto da contabilidade, porque a celebração não acarreta alteração da situação patrimonial do ente.
- 9 - A respeito dos bens públicos de uso especial, é correto afirmar, exceto:
- os equipamentos militares especializados e os de infra-estrutura são considerados de uso especial.
 - para que sejam considerados de uso especial, os bens devem ser tangíveis, utilizados na produção ou para fins administrativos e ter uso esperado por mais de um exercício.
 - os bens de uso especial utilizados para fins administrativos têm seu registro de forma consolidada na contabilidade.
 - a principal fonte de informações para o registro contábil dos bens de uso especial é o Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial.
 - os bosques e reservas naturais renováveis não são considerados de uso especial.
- 10- A respeito da contabilização do patrimônio público, é correto afirmar, exceto:
- a depreciação dos bens públicos deve observar a obsolescência que decorre da melhoria dos processos de produção.
 - os terrenos são ativos distintos dos edifícios e o registro contábil deve ser realizado de forma a distinguir essa diferença.
 - os contratos de construção celebrados pelas entidades públicas devem observar, no que couber, as disposições das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público – NIC-SP.
 - os custos incorridos na construção de imóveis serão registrados em conta transitória que terá seu saldo transferido para conta específica depois de concluída a construção.
 - os bens imóveis pertencentes às entidades da Administração Direta do Poder Executivo são contabilizados no patrimônio do Ministério da Fazenda.
- 11- Assinale a opção que indica a correta definição de Prestação de Contas na esfera federal.
- É processo de contas relativo à gestão dos responsáveis por Unidades Jurisdicionadas da Administração Federal Direta.
 - É o processo de contas relativo à gestão dos responsáveis por unidades jurisdicionadas da administração federal indireta e daquelas não classificadas como integrantes da administração direta federal.
 - É o processo pelo qual o chefe do Poder Executivo apresenta as contas ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União.
 - É a prestação de contas realizada pelos agentes públicos a respeito da arrecadação e aplicação de recursos diretamente arrecadados.
 - É o processo mediante o qual o Tribunal de Contas da União apresenta ao Poder Legislativo as contas dos chefes de todos os poderes.
- 12- Assinale a opção correta a respeito do controle contábil dos responsáveis por débitos decorrentes de desfalques, desvios de recursos, perda e/ou extravio de materiais.
- Os valores dos débitos, depois da regular apuração por meio de Tomada de Contas Especial, são registrados no ativo de forma individualizada por devedor.
 - Em razão do baixo índice de recebimento, os valores devidos não são registrados pela contabilidade, constituindo os eventuais pagamentos em receita da União.
 - Os valores somente são reconhecidos pela contabilidade se houver ajuizamento de ação para o ressarcimento dos danos causados.
 - Os valores são registrados no passivo compensado desde a instauração da Tomada de Contas Especial até o ressarcimento aos cofres públicos.

- e) Por se tratar de valores, na maioria de pequeno vulto, o registro é realizado de forma agrupada.
- 13- Assinale a opção falsa, a respeito dos mecanismos de controle denominados Conformidade de Gestão e Conformidade Contábil, utilizados na contabilidade pública federal.
- a) Confirmar a existência de documentos que suportem as operações registradas é uma das finalidades da Conformidade de Gestão.
 - b) A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo sistema SIAFI.
 - c) O registro da Conformidade de Gestão deverá ocorrer em até três (3) dias úteis a contar do registro da operação no SIAFI.
 - d) A omissão no registro da Conformidade de Gestão acarreta a nulidade do documento lançado e a conseqüente perda dos seus efeitos.
 - e) O registro da Conformidade Contábil deverá ser feito pelas Setoriais Contábeis que são Unidades Gestoras especialmente designadas para esse fim.
- 14- Assinale a opção correta a respeito do funcionamento dos auditores contábeis do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.
- a) Os auditores contábeis do SIAFI são códigos que são apresentados nas demonstrações contábeis indicando que foram analisadas e aprovadas automaticamente.
 - b) Auditores contábeis são facilitadores, dentro do processo de análise dos demonstrativos contábeis, que permitem a identificação de situações críticas, erros freqüentes e a verificação de consistências diversas de forma automatizadas.
 - c) Os auditores contábeis são rotinas executadas pelos gestores para certificar que os documentos foram lançados corretamente no sistema.
 - d) A utilização dos auditores contábeis do SIAFI impede que sejam ultrapassados os limites de gastos autorizados pelo governo.
 - e) Os auditores contábeis são classificados em automáticos e manuais e nessa condição tem seu uso facultativo.
- 15- Assinale a opção falsa a respeito dos consórcios públicos de que trata a Lei n. 11.107/2005.
- a) Os consórcios públicos podem-se constituir em forma de pessoa jurídica de direito público ou de direito privado.
 - b) Os consórcios públicos podem ser contratados pelos entes da administração direta ou indireta da Federação consorciados, desde que previamente habilitados em processo licitatório.
 - c) É facultado ao ente da federação retirar-se do consórcio público.
 - d) Os consórcios públicos, na área de saúde, deverão obedecer aos princípios, normas e diretrizes que regulam o Sistema Único de Saúde.
 - e) Os entes consorciados somente entregarão recursos aos consórcios públicos mediante contrato de rateio.
-
- RESPONSABILIDADE FISCAL**
- 16- A Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, no que se refere à consignação na lei orçamentária de créditos com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada:
- a) autoriza, com restrições, vinculando-se a consignação à indicação de fontes adicionais de recursos.
 - b) veda, explicitando proibição que não admite nenhuma exceção.
 - c) proíbe, excetuando-se consignações acompanhadas de justificativa do chefe do Poder Executivo responsável pela execução orçamentária.
 - d) não recomenda, excetuando-se consignações instruídas com justificativa do responsável pelo Poder proponente.
 - e) autoriza, conquanto que a consignação não alcance mais de um exercício financeiro.
- 17- É requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal:
- a) a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional do ente da Federação.
 - b) a previsão, alocação e fixação da arrecadação estimada de todos os tributos de competência legal do ente da Federação.
 - c) a fixação, indicação e estimativa da arrecadação de todos os impostos de competência constitucional do ente da Federação.
 - d) a previsão, instituição e fixação da arrecadação de todas as rubricas tributárias dos entes da Administração Indireta, inclusive.
 - e) a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os impostos de competência legal do ente da Administração Federal, com exceção das receitas derivadas.

18- A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada:

- de exposição de motivos que justifique politicamente a finalidade da renúncia.
- de decreto regulamentador que identifique exatamente o valor da receita objeto da renúncia.
- de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.
- de estudo de impacto orçamentário-financeiro que comprove a necessidade da renúncia, como instrumento de política fiscal que atenda ao plano plurianual.
- de portaria regulamentadora expedida por autoridade competente que explicita, objetivamente, o valor da receita objeto da renúncia.

19- As regras relativas à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, nos termos da lei de responsabilidade fiscal, não se aplicam aos seguintes impostos, exceto:

- Imposto de Importação.
- Imposto de Exportação.
- Imposto sobre Produtos Industrializados.
- Imposto de Renda.
- Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.

20- Nos termos da lei de responsabilidade fiscal, e para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita líquida, a seguir discriminados:

- União (40%), Estados (40%), Municípios (40%).
- União (50%), Estados (50%), Municípios (50%).
- União (60%), Estados (60%), Municípios (60%).
- União (50%), Estados (40%), Municípios (30%).
- União (50%), Estados (60%), Municípios (60%).

CONTABILIDADE GERAL

21- Em 31 de dezembro de 2007, a companhia Armazéns Gerais S/A organizou, em ordem alfabética, a seguinte relação de contas, com os respectivos saldos, para fins de elaboração de um balancete geral de verificação:

Contas	SalDOS
Ações de Coligadas	1.400,00
Ações de Controladas	800,00
Ações em Tesouraria	340,00
Amortização Acumulada	400,00
Bancos c/Movimento	3.000,00
Caixa	1.000,00

Capital Social	9.000,00
Capital Social a Realizar	1.600,00
Clientes	1.850,00
Comissões Ativas	240,00
Comissões Ativas a Receber	100,00
Comissões Ativas a Vencer	120,00
Comissões Passivas	300,00
Comissões Passivas a Vencer	80,00
Contribuições Previdenciárias	600,00
Contribuições a Recolher	350,00
Custo das Vendas	4.800,00
Depreciação Encargos	680,00
Depreciação Acumulada	1.200,00
Duplicatas a Pagar	4.200,00
Duplicatas a Receber	2.100,00
Duplicatas Descontadas	1.300,00
Empréstimos Bancários	3.500,00
Fornecedores	2.200,00
Imóveis	3.800,00
Impostos	300,00
Impostos a Recolher	180,00
Impostos a Recuperar	220,00
Marcas e Patentes	1.180,00
Mercadorias	2.150,00
Móveis e Utensílios	2.000,00
Prejuízos Acumulados	440,00
Provisão para Devedores Duvidosos	210,00
Provisão para Férias	960,00
Provisão para FGTS	600,00
Provisão para Imposto de Renda	320,00
Receita de Vendas	7.800,00
Reservas de Capital	680,00
Reservas Estatutárias	440,00
Reserva Legal	500,00
Salários e Ordenados	1.800,00
Valores Mobiliários	700,00
Veículos	4.000,00

Considerando que o Contador, propositalmente, para testar o raciocínio, deixou de incluir uma conta na referida relação, pede-se: indique a opção que contém o valor da soma dos saldos devedores indicados.

- R\$ 35.240,00.
- R\$ 33.240,00.
- R\$ 32.150,00.
- R\$ 32.130,00.
- R\$ 30.130,00.

22- A empresa Balanceamentos Exatos Ltda., em 31 de dezembro de 2007, mandou elaborar o balanço patrimonial com base nas seguintes contas e respectivos saldos:

Contas	Saldos
Capital Social	18.000,00
Receita de Vendas	17.200,00
Ações de Coligadas	4.400,00
Duplicatas a Pagar	10.800,00
Caixa	5.700,00
Comissões Ativas	480,00
Capital Social a Realizar	3.200,00
Móveis e Utensílios	11.600,00
Empréstimos Bancários	9.000,00
Comissões Ativas a Receber	2.200,00
Custo das Vendas	9.600,00
Reserva Legal	1.480,00
Veículos	8.000,00
Contribuições a Recolher	700,00
Duplicatas a Receber	8.200,00
Comissões Passivas	600,00
Reservas Estatutárias	2.240,00
Depreciação Acumulada	2.400,00
Impostos a Recolher	1.000,00
Duplicatas Descontadas	2.600,00
Contribuições Previdenciárias	1.200,00
Prejuízos Acumulados	880,00
Marcas e Patentes	4.360,00
Provisão para Férias e FGTS	3.120,00
Provisão para Devedores Duvidosos	420,00
Depreciação Encargos	1.360,00
Ações em Tesouraria	680,00
Amortização Acumulada	800,00
Comissões Ativas a Vencer	240,00
Mercadorias	5.700,00
Impostos	600,00
Salários e Ordenados	1.600,00
Comissões Passivas a Vencer	160,00
Impostos a Recuperar	440,00

A elaboração do balanço geral, nos termos da Lei n. 6.404/76, com as alterações cabíveis, certamente, vai apurar o valor de

- R\$ 25.840,00 no ativo permanente.
- R\$ 24.860,00 no passivo circulante.
- R\$ 19.380,00 no ativo circulante.
- R\$ 17.680,00 no patrimônio líquido.
- R\$ 1.840,00 no resultado do exercício.

23- A empresa Mercadoria Comercial Ltda. iniciou o exercício no mês de janeiro com o saldo de R\$ 2.000,00 na conta Caixa e de outros R\$ 2.000,00 na conta Estoque de Mercadorias.

Durante o mês, a empresa realizou as seguintes transações:

- recebimento do aluguel do mês, no valor de R\$ 40.000,00;
- compra de mercadorias a prazo, no valor de R\$ 100.000,00, sendo 10% de entrada;
- venda a vista de mercadorias por R\$ 40.000,00, alcançando um lucro bruto de 30%;
- venda a prazo de mercadorias por R\$ 30.000,00, com entrada de 20% do preço, sofrendo um prejuízo da ordem de 10% do preço; e
- pagamento de R\$ 40.000,00 de duplicatas e de 10% de juros da dívida com fornecedores.

Considerando exclusivamente estas seis operações e que as compras e vendas são isentas de impostos, podemos dizer que, ao final do mês, vamos encontrar

- R\$ 12.000,00 em lucro de vendas.
- R\$ 32.000,00 de saldo na conta Caixa.
- R\$ 34.000,00 de saldo na conta Caixa.
- R\$ 41.000,00 em Estoque de Mercadorias.
- R\$ 44.000,00 em Estoque de Mercadorias.

24- A empresa Negócios de Comércio S.A., em 31 de dezembro de 2007, entre outras contas, apresentou para balanço os seguintes dados:

Vendas deste exercício	R\$120.000,00
Compras deste exercício	R\$100.000,00
Compras do ano passado	R\$ 30.000,00
Frete pago sobre as compras	R\$ 8.000,00
Frete pago sobre as vendas	R\$ 6.000,00
Impostos apurados no exercício:	
IPVA	R\$ 1.200,00
Imposto de Renda	R\$ 1.500,00
IPTU	R\$ 2.000,00
IPI sobre as compras	R\$ 5.000,00
ICMS sobre as compras	R\$ 12.000,00
ICMS sobre as vendas	R\$ 14.000,00
Estoque final de mercadorias	R\$ 40.000,00

Com base nas informações fornecidas acima, podemos calcular um lucro operacional bruto no valor de

- R\$ 25.000,00.
- R\$ 23.000,00.
- R\$ 21.000,00.
- R\$ 20.000,00.
- R\$ 15.000,00.

25- A empresa Dúbias Cobranças S/A tinha créditos no valor de R\$ 160.000,00 em 31.12.06 e de R\$ 110.000,00 em 31.12.07.

Durante o exercício de 2007, houve a baixa de perdas no valor de R\$ 3.200,00, referente a créditos já existentes em 2006 e de R\$ 1.100,00, referente a créditos de 2007.

A conta provisão para créditos de liquidação duvidosa foi a balanço em 2006 com saldo de R\$ 4.800,00 e deverá ir a balanço em 2007 com saldo equivalente a 3% dos créditos cabíveis.

Após a contabilização dos ajustes para o balanço de 2007, pode-se dizer que essa empresa contabilizou, no exercício de 2007, perdas com créditos de liquidação duvidosa no valor de

- a) R\$ 2.800,00.
- b) R\$ 3.300,00.
- c) R\$ 3.900,00.
- d) R\$ 7.100,00.
- e) R\$ 7.600,00.

26- Assinale abaixo a opção que contém uma afirmativa falsa.

- a) A quota de depreciação registrável na escrituração, como custo ou despesa operacional, será determinada mediante a aplicação da taxa anual de depreciação sobre o custo de aquisição dos bens depreciáveis.
- b) A quota anual de depreciação será ajustada proporcionalmente no caso de período-base com duração inferior a doze meses, e de bem acrescido ao ativo, ou dele baixado, no curso do período-base.
- c) A taxa anual de depreciação será fixada em função do prazo durante o qual se possa esperar utilização econômica do bem pelo contribuinte, na produção de seus rendimentos.
- d) Será admitida quota de depreciação referente a prédios ou construções não alugados nem utilizados pelo proprietário na produção dos seus rendimentos ou destinados a revenda.
- e) Podem ser objeto de depreciação todos os bens sujeitos a desgaste pelo uso ou por causas naturais ou obsolescência normal, inclusive edifícios e construções e projetos florestais destinados à exploração dos respectivos frutos.

27- A empresa São Carlos Ltda. fez uma operação de venda por R\$ 70.000,00, com incidência de ICMS de 10%. A transação foi realizada a prazo, com entrada de 20% em moeda corrente, mas acabou por gerar um prejuízo da ordem de 12%.

A empresa mandou contabilizar a partida no Diário em um único lançamento, dando baixa nos itens de custo, diretamente, na conta Mercadorias.

Após a formalização do registro, o lançamento deverá ser o seguinte:

a)	Diversos		
	Caixa	14.000,00	
	Clientes	<u>56.000,00</u>	70.000,00
	a Mercadorias		
	pelo ICMS sobre Vendas	7.000,00	
	pelo custo da Mercadoria	<u>63.000,00</u>	70.000,00
b)	Diversos		
	Caixa	14.000,00	
	Clientes	<u>56.000,00</u>	70.000,00
	a Mercadorias		
	pelo ICMS sobre Vendas	7.000,00	
	pelo custo da Mercadoria	54.600,00	
	pelo Prejuízo nas Vendas	<u>8.400,00</u>	70.000,00
c)	Diversos		
	Caixa	14.000,00	
	Clientes	56.000,00	
	Prejuízo nas Vendas	<u>8.400,00</u>	78.400,00
	a Mercadorias		
	pelo ICMS sobre Vendas	7.000,00	
	pelo custo da Mercadoria	<u>71.400,00</u>	78.400,00
d)	Diversos		
	Caixa	14.000,00	
	Clientes	56.000,00	
	Prejuízo nas Vendas	<u>8.400,00</u>	78.400,00
	a Mercadorias		
	pelo ICMS sobre Vendas	7.840,00	
	pelo custo da Mercadoria	<u>70.160,00</u>	78.400,00
e)	Diversos		
	Caixa	15.680,00	
	Clientes	<u>62.720,00</u>	78.400,00
	a Mercadorias		
	pelo ICMS sobre Vendas	7.000,00	
	pelo Prejuízo nas Vendas	8.400,00	
	pelo custo da Mercadoria	<u>70.160,00</u>	78.400,00

28- A livraria Ávidos Leitores Ltda. revende apostilas e livros didáticos isentos de ICMS e pratica o sistema de controle permanente na conta Estoque.

Em 02/09 o estoque do item Apostilas para o Concurso de Analista, Editadas pela LDA, era de 25 unidades ao custo unitário de R\$ 8,00.

O movimento no mês de setembro foi o seguinte:

Compras: dia 10, 10 unidades ao preço unitário de R\$ 12;
dia 15, 15 unidades ao custo unitário de R\$ 14;

Vendas: dia 08, 15 unidades;
dia 14, 15 unidades;
dia 23, 10 unidades.

Sabe-se que o proprietário da livraria vende cada apostila com uma margem de lucro de 30% sobre o custo médio dos livros em estoque na época da venda.

Pede-se, com base nas informações fornecidas, fazer a ficha de controle de estoques e indicar o valor da receita bruta alcançada na venda do dia 23/09.

- a) R\$ 182,00.
- b) R\$ 169,00.
- c) R\$ 147,30.
- d) R\$ 137,80.
- e) R\$ 118,80.

29- O mercado de nossa praça é uma sociedade de capital aberto que, no exercício de 2007, apurou um lucro antes do imposto de renda e das participações no valor de R\$ 100.000,00.

Esse lucro, segundo as normas da empresa, deverá ser destinado ao pagamento de dividendos e de imposto de renda, no mesmo percentual de 30%, calculado nos termos da lei.

Também deverão ser destinados 5% para reserva legal, 10% para reserva estatutária e 10% para participação de administradores.

Sabendo-se que os Estatutos da empresa mandam conceder uma participação de R\$ 15.000,00 para os empregados e que o restante dos lucros, após a retirada dos percentuais acima, será segregado a uma conta de reservas de lucros, podemos afirmar que será lançado o valor de

- a) R\$ 2.677,50, em reserva legal.
- b) R\$ 4.950,00, em reserva estatutária.
- c) R\$ 5.500,00, em participação de administradores.
- d) R\$ 12.918,00, em dividendos distribuídos.
- e) R\$ 30.000,00, em provisão para Imposto de Renda.

30- A empresa Alfa Beta S/A comprou 10 mil ações de Delta Ômega S/A ao custo unitário de R\$ 14,00, quando o valor patrimonial dessas ações era avaliado em apenas R\$ 10,00.

Entretanto, em 31 de dezembro de 2007, a empresa Delta Ômega mostrou sua capacidade de negócios apresentando um lucro líquido da ordem de 70% do capital, tendo dele distribuído, como dividendos aos acionistas, o equivalente a 20% do capital social.

As operações, na empresa Alfa Beta, são avaliadas e contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Em 15 de janeiro de 2008, ao vender essas ações a R\$ 15,00 por unidade, Alfa Beta terá computado um lucro efetivo de

- a) R\$ 70.000,00.
- b) R\$ 50.000,00.
- c) R\$ 30.000,00.
- d) R\$ 10.000,00.
- e) R\$ 0,00.

Área para rascunho